



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO SEVERINO DA COSTA, ALDA KETULLY DOS SANTOS ATAIDE
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epj/validaDoc.seam> Código do documento: cbea1048-13c7-4199-8f58-45586971c704



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.cvpombos.pe.gov.br

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023

ITEM – 12

**CÓPIAS DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIAS REALIZADAS PELO CONTROLE INTERNO DO
ÓRGÃO.**



**CAMARA MUNICIPAL DE POMBOS
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO - CCI**

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA

UNIDADE: CÂMARA MUNICIPAL

ÁREA: PORTAL TRANSPARÊNCIA

RESPONSÁVEIS PELAS ÁREAS: JOSÉ AGLAILSON LINO

INTERESSADO: JOSÉ AGLAILSON LINO

EQUIPE DE AUDITORIA: ALDA KETULLY DOS SANTOS ATAIDE

POMBOS, MAIO DE 2023.



RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA

PROCESSO: Auditoria Interna

TIPO: Auditoria de Acompanhamento

EXERCÍCIO: 2023

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE POMBOS

INTERESSADO: JOSÉ AGLAILSON LINO

I - INTRODUÇÃO

Através do Termo de Designação de Auditoria Interna da Coordenadoria de Controle Interno – CCI, fui designada para proceder aos trabalhos de auditoria interna de acompanhamento, referentes à Avaliação de Controles Internos no Portal da Transparência deste poder legislativo.

Dessa forma, as principais informações disponibilizadas no site do município, foram alvo de análise por parte desta equipe, analisando sobre o conteúdo do site e portal da transparência do município, conforme LRF (Lei de Complementar Federal nº 101/2000), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade de gestão fiscal e LRF Decreto Federal nº 7.185/10 sobre a Execução Orçamentária e Financeira. O trabalho foi realizado no período de maio de 2023.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: **(a)** o planejamento dos trabalhos, considerando o volume das transações e o sistema de controles internos da área; **(b)** a constatação, com base em testes, dos documentos probantes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis; **(c)** a observância ao cumprimento dos princípios de Administração Pública e das normas legais vigentes.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS



O planejamento dos trabalhos foi efetuado com base nas seguintes fontes de pesquisa, aplicando-se os procedimentos previstos no Programa de Planejamento de Auditoria Interna constante na pasta corrente respectiva:

- Informações na pagina principal do portal;
- Informações e dados da Câmara;
- Ouvidoria;
- Acesso a Informação;
- Portal Transparência;
- Decretos;
- Ofícios;
- Licitação;
- Responsabilidade Fiscal;
- Planejamento Orçamentário;
- Prestação de Contas;
- Servidores;
- Portarias;
- Receitas/Despesas/Transferências;
- SIC;
- Ouvidoria;
- Lei Geral de Proteção de Dados

III – RESULTADOS DOS EXAMES DE AUDITORIA



A Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso a Informação e a Lei Complementar Federal nº 131 de 27 de maio de 2009, Lei da Transparência Pública, sancionadas pelo Presidente da República, têm o propósito de regulamentar o direito constitucional da Transparência e do acesso às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (1948), adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas prevê em seu **Artigo 19**:

“Todos têm direito a liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de expressar opiniões sem interferência e de buscar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e sem limitações de fronteiras”

A Constituição Federal em seu **art. 5º**:

“XXXIII - **todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular**, ou de interesse coletivo ou geral, que **serão prestadas no prazo da lei**, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;”

A Lei Complementar Nº 131/2009 - altera a LRF:

“Art. 1º O art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, **em meios eletrônicos de acesso público**;

A Lei Complementar Nº 131/2009 - altera a LRF:

“Art. 2º A Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 48-A, 73-A, 73-B e 73-C:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, **os entes da Federação** disponibilizarão **a qualquer pessoa física ou jurídica** o acesso a informações referentes a:

- » I – Despesa (...)
- » II – Receita (...)

INFORMAÇÕES NA PAGINA PRINCIPAL DO PORTAL;

A Câmara de Pombos disponibiliza no site do deste órgão as respectivas informações que as referidas Leis solicitam, no seguinte endereço eletrônico disponível



em: <https://camaradepombos.pe.gov.br/>. Observamos que o site encontra-se disponíveis muitas informações, no entanto encontramos também algumas irregularidades que serão descritas logo abaixo. O PNTP consiste em uma iniciativa da Atricon, do TCE-MT e do TCU, com o objetivo de padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência das informações produzidas e/ou custeadas pelo Poder Público em todo o país.

Sua implementação decorre do Acordo Plurilateral de Cooperação Técnica nº 03/2022, que prevê a realização de ações nacionais coordenadas envolvendo os Tribunais de Contas, o IRB, a Abracom, o CNPTC, o Conaci, além da Atricon. Com base nesta análise o site e portal transparência foram alvos de análise por parte desta controladoria, seguindo então os pontos elencados pelos órgãos que não estamos atendendo:

INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS:

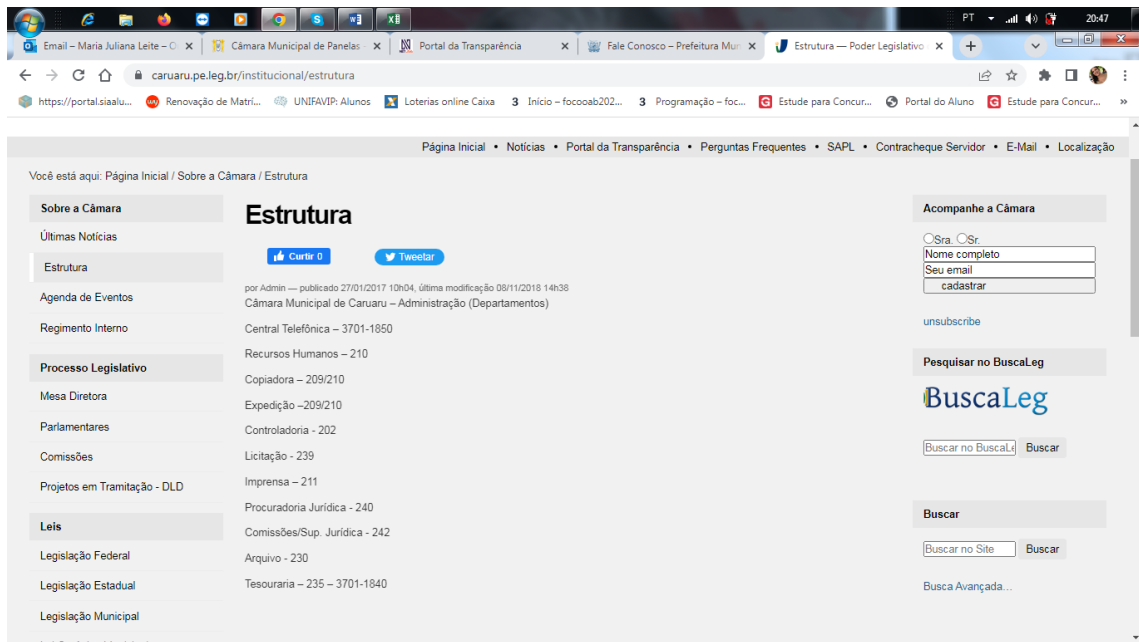
É de extrema importância que a câmara de Pombos mantenha o sitio oficial próprio na internet, contendo informações gerais sobre a mesma. No entanto é necessário algumas informações prioritárias na página inicial do sitio. Ao analisarmos o site vimos a necessidade de aprimoramento e adequação em alguns pontos, seguindo assim modelos de pesquisas feita por esta controladoria como forma de embasamento para a adequação dos nossos pontos:

Site:

Atualizar o campo sobre a Câmara: informações básicas sobre a Câmara de Pombos, segue um modelo.

Fonte: <https://www.recife.pe.leg.br/institucional/historia-1>

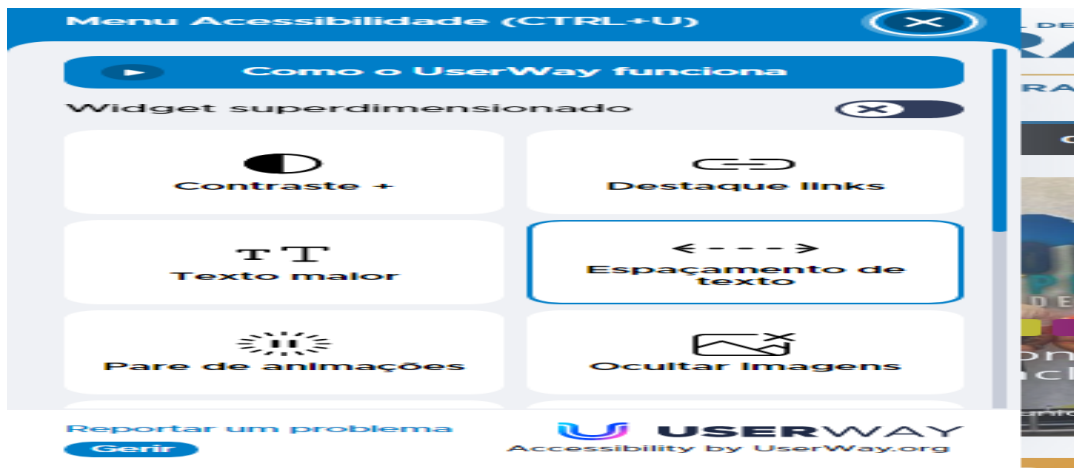
Estrutura: colocar de forma atualizada a estrutura organizacional deste poder legislativo evidenciando todos os setores que compõe esta casa.



Fonte: <https://www.caruaru.pe.leg.br/institucional/estrutura>

1. Informações Prioritárias

O site Precisa conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação, esta ferramenta precisa ser criada tanto no site como no portal transparência, segue um modelo para adequação para ambos.



Fonte: <http://cupira.pe.gov.br/>

INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

2.1. Divulga competências e/ou atribuições?



Deve conter a descrição da estrutura do legislativo, contendo a mesa diretora e unidades setoriais.

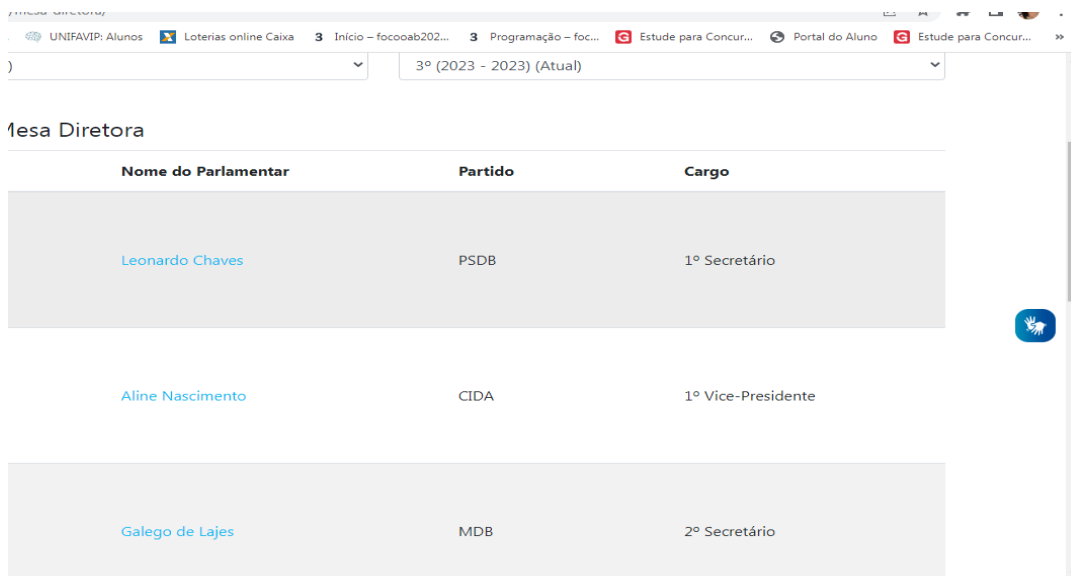
2.2. Estrutura organizacional

Deve conter descrição e competência da mesa diretora

2.3. Identifica o nome dos responsáveis pela gestão do Poder/Órgão?

Deve conter identificação dos integrantes da mesa diretora, magistrados e ocupantes dos cargos da gestão.

Segue um exemplo de como deveremos publicar as informações da mesa diretora, não esquecendo de colocar as fotos:

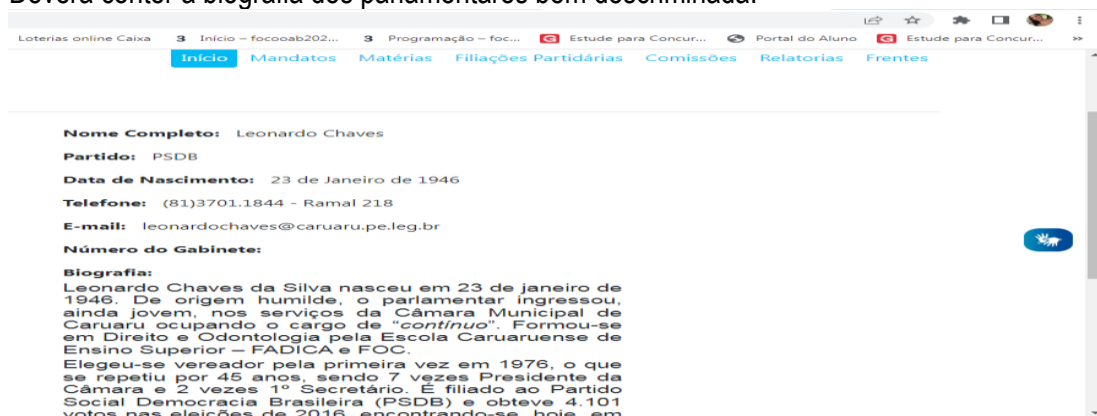


The screenshot shows a web browser window with the URL <https://sapi.caruaru.pe.leg.br/mesa-diretora/>. The page displays a table titled "Mesa Diretora" with three columns: "Nome do Parlamentar", "Partido", and "Cargo". The table lists three members: Leonardo Chaves (PSDB, 1º Secretário), Aline Nascimento (CIDA, 1º Vice-Presidente), and Galego de Lajes (MDB, 2º Secretário). Each name is accompanied by a small circular profile picture placeholder.

Nome do Parlamentar	Partido	Cargo
Leonardo Chaves	PSDB	1º Secretário
Aline Nascimento	CIDA	1º Vice-Presidente
Galego de Lajes	MDB	2º Secretário

<https://sapi.caruaru.pe.leg.br/mesa-diretora/>

Deverá conter a biografia dos parlamentares bem discriminada.



The screenshot shows a web browser window with the URL <https://sapi.caruaru.pe.leg.br/parlamentar/14>. The page displays the biography of Leonardo Chaves. The information includes: Nome Completo: Leonardo Chaves, Partido: PSDB, Data de Nascimento: 23 de Janeiro de 1946, Telefone: (81)3701.1844 - Ramal 218, E-mail: leonardochaves@caruaru.pe.leg.br, Número do Gabinete: (blank). The Biografia section states: "Leonardo Chaves da Silva nasceu em 23 de janeiro de 1946. De origem humilde, o parlamentar ingressou, ainda jovem, nos serviços da Câmara Municipal de Caruaru ocupando o cargo de 'continuo'. Formou-se em Direito e Odontologia pela Escola Caruaruense de Ensino Superior - FADICA e FOC. Elegeram-se vereador pela primeira vez em 1976, o que se repetiu por 45 anos, sendo 7 vezes Presidente da Câmara e 2 vezes 1º Secretário. É filiado ao Partido Social Democracia Brasileira (PSDB) e obteve 4.101 votos nas eleições de 2016, encontrando-se, hoje, em".

Nome Completo: Leonardo Chaves
Partido: PSDB
Data de Nascimento: 23 de Janeiro de 1946
Telefone: (81)3701.1844 - Ramal 218
E-mail: leonardochaves@caruaru.pe.leg.br
Número do Gabinete:
Biografia: Leonardo Chaves da Silva nasceu em 23 de janeiro de 1946. De origem humilde, o parlamentar ingressou, ainda jovem, nos serviços da Câmara Municipal de Caruaru ocupando o cargo de "continuo". Formou-se em Direito e Odontologia pela Escola Caruaruense de Ensino Superior - FADICA e FOC. Elegeram-se vereador pela primeira vez em 1976, o que se repetiu por 45 anos, sendo 7 vezes Presidente da Câmara e 2 vezes 1º Secretário. É filiado ao Partido Social Democracia Brasileira (PSDB) e obteve 4.101 votos nas eleições de 2016, encontrando-se, hoje, em

Fonte: <https://sapi.caruaru.pe.leg.br/parlamentar/14>

Parlamentares



Da mesma forma deverá conter as informações prioritárias dos demais parlamentares, não só a mesa diretora mais os demais vereadores que compõe esta casa, segue o modelo de como deverão ser postadas as devidas informações:

Nome Completo: Aline Nascimento
Partido: CIDA
Data de Nascimento: 8 de Junho de 1991
Telefone: 81 99247-3528
E-mail: alinenascimento@caruaru.pe.leg.br
Número do Gabinete:
Biografia:
Aline Quercia Araujo do Nascimento nasceu em 8 de junho de 1991, sendo natural de Caruaru, no Agreste de Pernambuco. Graduada em fisioterapia, pós-graduada em gestão em segurança pública e formada pelo RenovaBR Cidades, escola de formação política que prepara pessoas comuns de diversas origens e pensamentos para renovar a democracia. É líder da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS). Além disso, é embaixadora do Politize, organização que busca levar educação política todos.

Fonte: <https://sapl.caruaru.pe.leg.br/parlamentar/29>

Comissões

Deverá também conter as informações das comissões que compõe a casa, segue o modelo para adequação.

Comissões

Total de Comissões: 24

Nome	Sigla	Tipo	Data de Criação	Data de Extinção	Comissão Ativa?
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	CDDM	Comissões Permanentes	27/08/2018		Sim
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS	CDH	Comissões Permanentes	02/01/2017		Sim
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	CECE	Comissões Permanentes	02/01/2017		Sim
COMISSÃO DE ÉTICA PARLAMENTAR	CEP	Comissões Permanentes	02/01/2017		Sim
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	CFO	Comissões Permanentes	02/01/2017		Sim

Fonte: <https://sapl.caruaru.pe.leg.br/comissao/>



CDDM - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Dados Básicos

Nome		Sigla	Comissão Ativa?
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER		CDDM	Sim
Tipo	Data de Criação	Unidade Deliberativa	Data de Extinção
Comissões Permanentes	27/08/2018	Sim	

Dados Complementares

Local Reunião	Data/Hora Reunião	Tel. Sala Reunião
Sala das Comissões e Reuniões Vereador Wanderley Oliveira		8137011850
Endereço Secretaria	Tel. Secretaria	
Secretário	E-mail	
Finalidade		

Fonte: <https://sapl.caruaru.pe.leg.br/comissao/31>

Divulgação dos atos normativos próprios.

A respeito da atividade legislativa, deverá disponibilizar dos últimos três anos. Segue modelo:

Você está aqui: [Página Inicial](#) / [Atividade Legislativa](#) / [Projetos de Lei](#) / [PODER LEGISLATIVO](#)

Sobre a Câmara

Acesso

História

Estrutura Organizacional

Regimento Interno

Notícias

Agenda de Eventos

Processo Legislativo

Parlamentares

Legislaturas

Mesa Diretora

Comissões

Atividade Legislativa

Atas das Sessões

Projetos de Lei

PODER LEGISLATIVO

PODER LEGISLATIVO

por Ítalo Vicente do Nascimento Barbosa — publicado 11/09/2020 19h57, última modificação 11/09/2020 19h57

ANO 2017
Leia mais...

ANO 2018
Leia mais...

ANO 2019
Leia mais...

ANO 2020
Leia mais...

ANO 2021
Leia mais...

ANO 2022
Leia mais...

[RSS](#)

Acesso à Informação

Portal da Transparência

OUVIDORIA

Contracheque Online
Emissão do Contracheque

EMAIL
(E-MAIL SERVIDORES)

Fonte: <https://www.jaboataodosguararapes.pe.leg.br/atividade-legislativa/projetos-de-lei/poder-legislativo>



Sobre a Câmara

Acesso

História

Estrutura Organizacional

Regimento Interno

Notícias

Agenda de Eventos

Processo Legislativo

Parlamentares

Legislaturas

Mesa Diretora

Comissões

Atividade Legislativa

Atas das Sessões

Projetos de Lei

PODER LEGISLATIVO

ANO 2022

por Ítalo Vicente do Nascimento Barbosa — publicado 28/12/2022 10h36, última modificação 28/12/2022 10h36

Título	Autor	Tipo	Modificado
Projeto de Lei Legislativo 003-2022.pdf	Ítalo Vicente do Nascimento Barbosa	Arquivo	28/12/2022 10h35
Projeto de Lei Legislativo 004-2022.pdf	Ítalo Vicente do Nascimento Barbosa	Arquivo	28/12/2022 10h35
Projeto de Lei Legislativo 005-2022.pdf	Ítalo Vicente do Nascimento Barbosa	Arquivo	28/12/2022 10h35
Projeto de Lei Legislativo 006-2022.pdf	Ítalo Vicente do Nascimento Barbosa	Arquivo	28/12/2022 10h35
Projeto de Lei Legislativo 007-2022.pdf	Ítalo Vicente do Nascimento Barbosa	Arquivo	28/12/2022 10h35
Projeto de Lei Legislativo 009-2022.pdf	Ítalo Vicente do Nascimento Barbosa	Arquivo	28/12/2022 10h35
Projeto de Lei Legislativo 010-2022.pdf	Ítalo Vicente do Nascimento Barbosa	Arquivo	28/12/2022 10h35
Projeto de Lei Legislativo 011-2022.pdf	Ítalo Vicente do Nascimento Barbosa	Arquivo	28/12/2022 10h35
Projeto de Lei Legislativo 012-2022.pdf	Ítalo Vicente do Nascimento Barbosa	Arquivo	28/12/2022 10h35
Projeto de Lei Legislativo 013-2022.pdf	Ítalo Vicente do Nascimento Barbosa	Arquivo	28/12/2022 10h35
Projeto de Lei Legislativo 014-2022.pdf	Ítalo Vicente do Nascimento Barbosa	Arquivo	28/12/2022 10h35
Projeto de Lei Legislativo 015-2022.pdf	Ítalo Vicente do Nascimento Barbosa	Arquivo	28/12/2022 10h35

RSS

Fonte: <https://www.jaboataodosguararapes.pe.leg.br/atividade-legislativa/projetos-de-lei/poder-legislativo/ano-2022>

Cabe destacar que é necessário criar um Canal de Comunicação com cidadão do tipo 'Fale Conosco', que permite ao interessado comunicar-se com o órgão por via eletrônica ou telefônica. Outro ponto importante com relação as informações prioritárias é a inclusão do botão do Radar da Transparência Pública no site institucional e no portal transparência. Colocar também as principais redes sociais no seu sítio institucional, incluindo o link de acesso ao seu perfil, seguindo um modelo.

Agenda completa —

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

NOVO PROCESSO LEGISLATIVO ELETRÔNICO

PORTAL DE COMPRAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS

FALA COM NOSSA OUVIDORIA

Emprel

e-SIC SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

GLOSSÁRIO

PERGUNTAS FREQUENTES

PARTICIPAÇÃO POPULAR

CARTA DE SERVIÇOS

Interlegis

Mídias Sociais

Endereço

Rua Princesa Isabel nº 410 - Boa Vista
CEP 50.050-450 - Recife / PE
Telefones: (81) 3301-1256 / Fax (81) 3301-1262
Lista de Telefones: Gabinetes / Administração

Horário

De segunda a sexta-feira
- das 7h30 às 18h

Fonte: <https://www.recife.pe.leg.br/>



RECEITAS/DESPESAS/TRANSFERÊNCIAS

Em atendimento às disposições da Lei Complementar nº. 131, de 27 de maio de 2009, que alterou a Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, e ao Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010, esta opção permite o acesso às informações sobre os valores arrecadados por uma entidade contábil (receitas) e sobre os gastos públicos em que foram utilizados esses recursos (despesas) durante determinado exercício. Além disso, também possibilita a consulta e o acompanhamento de outros dados relativos às operações contábeis realizadas por uma Entidade durante certo exercício, como forma de garantir a transparência das contas públicas municipais. De acordo com Lei de Acesso à Informação são necessários:

DADOS NECESSÁRIOS SOBRE A RECEITA

- (art. 48-A, parágrafo único, II):
- a) Os Lançamentos e Recebimentos de TODA a receita das unidades gestoras;
- b) Inclusive as referentes a RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS.

DADOS NECESSÁRIOS SOBRE A RECEITA

(art. 48-A, parágrafo único, II):

- a) Previsão;
- b) Lançamento (quando for o caso);
- c) Arrecadação

Logo no relatório analisado pelo Tribunal de contas observou-se as seguintes pendências:

Divulga a classificação orçamentária por natureza da receita (categoria econômica, origem, espécie)?
Gravação de relatórios em diversos formatos (com relação aos critérios de receita)
Transferências voluntárias recebidas com indicação: do valor recebido, do objeto, origem do recurso, data do repasse, histórico de informações, ferramenta de pesquisa, gravação de relatórios

Observou-se que existem as informações pertinentes ao repasse do duodécimo, no entanto cabe destacar que é necessário especificar na página da receita que a Câmara não tem receita



orçamentária e a mesma é custeada por repasse de duodécimo, segue um print de como está no portal atualmente:

The screenshot shows a web browser window with the URL siorcomp2.systemainformatica.com.br/views/transparencia/transferencia.xhtml?tid=cmpombos. The page title is "TRANSFERENCIAS". Below the title, there is a "Filtros" section with a "Unidade Gestora" dropdown menu, "Data Inicial" (01/01/2023) and "Data Final" (14/06/2023) input fields, and buttons for "+ CONSULTAR" and "Gerar Relatório". Below the filters is a table with the following data:

Origem	Destino	Data	Valor
Prefeitura Municipal de Pombos	Câmara Municipal de Pombos	20/01/2023	271.052,77
Prefeitura Municipal de Pombos	Câmara Municipal de Pombos	15/02/2023	339.655,27
Prefeitura Municipal de Pombos	Câmara Municipal de Pombos	16/03/2023	305.354,02
Prefeitura Municipal de Pombos	Câmara Municipal de Pombos	19/04/2023	305.354,02
Prefeitura Municipal de Pombos	Câmara Municipal de Pombos	18/05/2023	305.394,28

DADOS NECESSÁRIOS SOBRE A DESPESA

(art. 48-A, parágrafo único, I):

a) Com a disponibilização mínima dos dados referentes ao:

- número do correspondente processo,
- bem fornecido ou serviço prestado,
- pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e
- procedimento licitatório realizado (quando for o caso).

No entanto observamos que a despesa atende esta solicitação parcialmente, pois nela consta os dados empenhados, liquidados e pagos, podendo os mesmos serem pesquisados por órgão, unidade, função e subfunção, programas, projetos atividades, por fornecedor e etc.

Logo no relatório analisado pelo Tribunal de contas observou-se as seguintes pendências:

Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexibilidade.

Existência de informações atualizadas



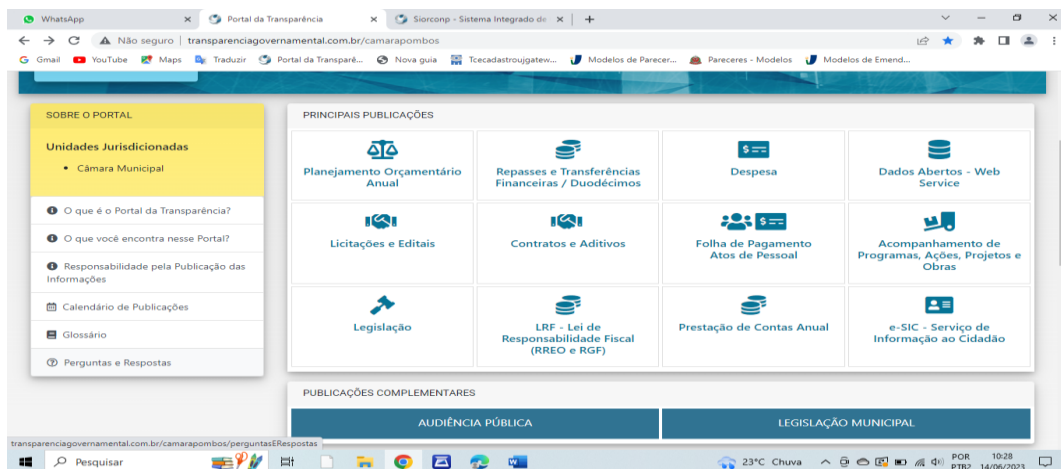
Transferências voluntárias recebidas com indicação: do valor recebido, do objeto, origem do recurso, data do repasse, histórico de informações, ferramenta de pesquisa, gravação de relatórios

Observou-se que nos históricos das despesas não vinha especificando o tipo de licitação, bem como suas especificações, é necessário ajustar as devidas alterações, segue um print de como está no portal no presente momento:



Transferências voluntárias

Observou-se que não foi criado no portal transparência deste poder legislativo o campo de transferências voluntárias, logo mesmo este órgão não recebendo essas transferências teremos que colocar uma declaração no ícone que não existe este tipo de repasse, para que o tribunal entenda quando estiver analisando que não existe o repasse, pois caso não exista esta informação o mesmo irá subentender que não estamos alimentando a informação. Segue um print da tela principal do portal.





Licitação

Na licitação existem algumas informações prioritárias que deverá conter:

- Relação das licitações
- A íntegra dos editais de licitação.
- A íntegra dos demais documentos das fases interna e externa das licitações A íntegra dos principais documentos dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação.
- A íntegra das Atas de Adesão – SRP?

Logo observamos que os processos não estavam todos disponíveis no portal transparências, sendo então necessário a atualização com as devidas informações expostas acima, segue um print de como estava no portal transparência desta câmara.

The screenshot shows the 'Portal da Transparência' website. At the top, there are navigation tabs for 'WhatsApp', 'Portal da Transparência', and 'Siorcomp - Sistema Integrado de...'. The main content area is titled 'LICITAÇÃO' and includes a 'Filtros' section with fields for 'Data Inicial' (01/01/2000), 'Data Final' (31/12/2023), 'Modalidade da Licitação' (set to 'TODOS'), and 'Unidade Gestora' (set to 'CAMARA - Câmara Municipal'). Below the filters, there is a table with the following columns: 'Mais', 'Unidade Gestora', 'Exercício', 'Número da Modalidade', 'Número do Processo', 'Valor Adjudicado', 'Modalidade de Licitação', and 'Situação'. The table lists several procurement processes, mostly from the 'Câmara Municipal' for the years 2017 to 2023. The 'Situação' column shows various stages like 'Em Andamento', 'Concluído', 'Processo Deserto', and 'Edital Impugnado Aguardando Retificação'. At the bottom of the table, it indicates '23 Licitações'.

Mais	Unidade Gestora	Exercício	Número da Modalidade	Número do Processo	Valor Adjudicado	Modalidade de Licitação	Situação
D	Câmara Municipal	2023	002/2023	002/2023		Carta Convite	Em Andamento
D	Câmara Municipal	2023	001/2023	001/2023	R\$ 36.600,00	Carta Convite	Concluído
D	Câmara Municipal	2022	002/2022	002/2022	R\$ 82.200,00	Carta Convite	Concluído
D	Câmara Municipal	2022	001/2022	001/2022	R\$ 48.000,00	Carta Convite	Concluído
D	Câmara Municipal	2021	002/2021	002/2021	R\$ 60.000,00	Carta Convite	Concluído
D	Câmara Municipal	2021	001/2021	001/2021	R\$ 96.000,00	Carta Convite	Concluído
D	Câmara Municipal	2018	001/2018	001/2018	R\$ 67.251,48	Carta Convite	Concluído
D	Câmara Municipal	2017	002/2017	005/2017		Carta Convite	Processo Deserto
D	Câmara Municipal	2017	001/2017	004/2017		Pregão Presencial	Edital Impugnado Aguardando Retificação
D	Câmara Municipal	2017	002/2017	003/2017		Tomada de Preço	Em Andamento

Contratos

Deverá conter as seguintes informações:

A íntegra os contratos
Termos aditivos –

Logo observamos que os mesmos não estavam atualizados de forma tempestiva, seguindo um print da tela:



Detalhes	Unidade Gestora	Exercício	Processo	Fornecedor	Documento	Valor	Objeto do Contrato
Detalhes	Câmara Municipal	2023	Contrato nº 15/23	D. LUIZZI OLIVEIRA RAMOS	35.485.227/0001-59	36.600,00	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE SERVIDORES E OUTRAS PESSOAS COM A FINALIDADE DE CUMPRIR AS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO.
Detalhes	Câmara Municipal	2022	Contrato nº 11/22	FLÁVIA VERIDIANA DA S PORTELA	27.391.410/0001-67	48.000,00	ABRANGE A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS, ORIENTAÇÃO TÉCNICA, FISCALIZAÇÃO, LAUDOS, AVALIAÇÕES, PERÍCIAS E AFINS.
Detalhes	Câmara Municipal	2022	Contrato nº 12/22	R F TRANSPORTES E COMÉRCIO AGRÍCOLA LTDA	34.284.017/0001-30	82.200,00	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE SERVIDORES E OUTRAS PESSOAS COM A FINALIDADE DE CUMPRIR AS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO.
Detalhes	Câmara Municipal	2021	Contrato nº 5/21	ANA CRISTINA LINS SANTOS MARTINS	745.955.474-04	17.050,00	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL, DEVIDAMENTE HABILITADO/ESPECIALIZADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA EVENTUAL, TAIS COMO: LEILÃO, ATUÁRIO, ENTRE OUTROS.
Detalhes	Câmara Municipal	2021	Contrato nº 7/21	FILIPPE ALVARES DA SILVA LIRA	096.542.944-00	60.000,00	A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PARA A DEFESA DE CAUSAS TRABALHISTAS, CÍVEIS, DE DIREITO PÚBLICO, ELABORAÇÃO DE PARECERES E AFINS.
Detalhes	Câmara Municipal	2021	Contrato nº 2/21	Leandro da Silva Ferreira	087.562.824-94	9.000,00	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO GERAL, TAIS COMO: CONFECÇÃO DE MATERIAL PARA COMUNICAÇÃO VISUAL; GERAÇÃO DE MATERIAIS PARA DIVULGAÇÃO POR MEIO DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO E AFINS.
Detalhes	Câmara Municipal	2021	Contrato nº 6/21	LGR CONSULTORIA LTDA	05.448.991/0001-93	96.000,00	SERVIÇOS DE CONTABILIDADE E AUDITORIA INTERNA, ENVOLVENDO ORIENTAÇÃO, ELABORAÇÃO DE LANÇAMENTOS, ANÁLISES DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, CONTROLE INTERNO E AFINS.
Detalhes	Câmara Municipal	2021	Contrato nº 4/21	Hewerton dos Santos Freitas	104.942.614-20	12.100,00	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, PRODUÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCOS, CAMARINS, SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO, SISTEMAS DE SOM, BANHEIROS PÚBLICOS, ARQUIBANDAS, BARRACAS, TOLDOS E AFINS.

OUVIDORIA:

Encontra-se disponível no site um campo específico para Ouvidoria, Nele consta conforme figura abaixo:

- Reclamações,
 - Denúncias,
 - Elogios,
 - Sugestões, telefone para contato e e-mail eletrônico.
- Há informações sobre o atendimento presencial pela Ouvidoria (Indicação de endereço físico, telefone e e-mail da unidade responsável, além do horário de funcionamento).
 - Divulga Carta de Serviços ao Usuário.
 - Há canal eletrônico de acesso/interação com o Poder ou órgão (Ouvidoria e/ou Fale Conosco).

ACESSO A INFORMAÇÃO

Criação de **serviço de informações ao cidadão (SIC)** para atendimento ao solicitante (art. 9º).

Objetivos do SIC:

- ✓ **atender e orientar** o público quanto ao acesso a informações;
 - ✓ **informar** sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
 - ✓ **protocolizar** documentos e requerimentos de acesso a informações.
- conceder o acesso imediato** à informação disponível.



- Indica a unidade/setor responsável pelo SIC.
- Indica o endereço físico, o telefone e o e-mail da unidade responsável pelo SIC, além do horário de funcionamento.
- Divulga nesta seção, instrumento normativo local que regulamente a Lei nº 12.527/2011 – LAI.

Observamos que não consta as devidas informações, seguindo um print da tela:



Logo precisa criar também as seguintes informações:

- Divulga a composição da Casa, com a biografia dos parlamentares?
- Divulga as leis e atos infralegais (resoluções/decretos) produzidos?
- Divulga projetos de leis e de atos infralegais, bem como as respectivas tramitações (contemplando ementa, documentos anexos, situação atual, autor, relator)?
- Divulga a pauta das sessões do Plenário?
- Divulga a pauta das Comissões?
- Divulga as atas das sessões, incluindo a lista de presença dos parlamentares em cada sessão?
- Divulga lista sobre as votações nominais?
- Divulga o ato que aprecia as Contas do Chefe do Poder Executivo (Decreto) e o teor do julgamento (Ata ou Resumo da Sessão que aprovou ou rejeitou as contas)?
- Há transmissão de sessões, audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de participação popular via meios de comunicação como rádio, TV, internet, entre outros?
- Divulga a regulamentação e os valores relativos às cotas para exercício da atividade parlamentar/verba indenizatória?



- Divulga dados sobre as atividades legislativas dos parlamentares?

CONCLUSÃO

Logo diante do exposto, em 12 de abril de 2023 observamos que o Controle Interno notificou a empresa contratada para as devidas atualizações no sítio e no portal transparência, logo no entanto, destaco em oportuno que nenhuma providência fora tomada até o presente momento. Diante da inércia da mesma recomendo o distrato do contrato com a contratante, pois a mesma não está suprimindo as necessidades do contrato.

Pombos, 31 de maio de 2023.

Coordenador de Controle Interno



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO SEVERINO DA COSTA, ALDA KETULLY DOS SANTOS ATAIDE
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: cbea1048-13c7-4199-8f58-45586971c704

ANEXO



RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS Nº 001/2023 **UNIDADE AUDITADA: CÂMARA DE POMBOS**

Informações Prioritárias

ITEM	CRITÉRIO	RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO	Classificação
1	1.1. A entidade pública possui sitio oficial e/ou portal da transparência próprio ou compartilhado na internet?	FORNECEDOR SITE E PORTAL	-	Essencial
2	1.2. O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação?	FORNECEDOR SITE	-	Obrigatória
3	1.3 O acesso ao portal transparência está visível na capa do site?	FORNECEDOR SITE	-	Obrigatória
4	1.4 O site e o portal de transparência contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação	FORNECEDOR SITE E PORTAL		Obrigatória
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS				
3	2.1. Divulga competências e/ou atribuições?	FORNECEDOR SITE	-	Obrigatória



4	2.2. Estrutura organizacional	FORNECEDOR SITE	-	Obrigatória
5	2.3. Identifica o nome dos responsáveis pela gestão do Poder/Órgão?	FORNECEDOR SITE		Obrigatória
6	2.4.Divulga os endereços e telefones de Poder ou órgão e e-mails institucionais?	FORNECEDOR SITE		Obrigatória
7	2.5 Divulga o horário de atendimento?	FORNECEDOR SITE		Obrigatória
8	2.6. Divulga os atos normativos próprios?	FORNECEDOR SITE		Obrigatória
9	2.7. Perguntas e respostas mais frequentes	FORNECEDOR SITE		Obrigatória
10	2.8. Canal de Comunicação com cidadão do tipo 'Fale Conosco', que permite ao interessado comunicar-se com o órgão por via eletrônica ou telefônica	FORNECEDOR SITE		Recomendada
11	2.9 Divulga os atos normativos próprios?	FORNECEDOR SITE		Obrigatória
12	2.10 Participa em redes sociais e apresenta, no seu sítio institucional, link de acesso ao seu perfil?	FORNECEDOR SITE		Recomendada
13	2.11 Inclui botão do Radar da Transparência Pública no site institucional?	FORNECEDOR SITE		Recomendada



RECEITA				
14	3.1 Divulga as receitas do Poder ou órgão, evidenciando sua previsão e realização?	CONTABILIDADE	-	Essencial
15	Divulga a classificação orçamentária por natureza da receita (categoria econômica, origem, espécie)?	CONTABILIDADE	-	Essencial
DESPESA				
17	4.1 Divulga as despesas do Poder ou órgão, detalhando sua execução (empenho, liquidação e pagamento) e identificando sua classificação orçamentária (unidade orçamentária, a função, a subfunção, categoria econômica, grupo de despesa, elemento de despesa e a fonte dos recursos)?	CONTABILIDADE	-	Essencial
18	4.2 Divulga informações pormenorizadas das despesas do Poder ou órgão, detalhando o beneficiário do pagamento, o bem fornecido ou serviço prestado e o procedimento licitatório originário?	CONTABILIDADE	-	Essencial
CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS				



19	5.1 Identifica as transferências recebidas a partir da celebração de convênios/acordos com indicação, no mínimo, do valor total previsto dos recursos envolvidos, do valor recebido, do objeto, da origem (órgão repassador/concedente) e data do repasse?	JUSTIFICATIVA-RESPONSÁVEL PORTAL	-	Obrigatória
20	5.2 Identifica as transferências realizadas a partir da celebração de acordos/ajustes, com indicação, no mínimo, do beneficiário, do objeto, do valor total previsto para repasse, do valor concedido e a data do repasse?	JUSTIFICATIVA-RESPONSÁVEL PORTAL	-	Obrigatória
21	5.3 Identifica os acordos firmados que não envolvam transferência de recursos financeiros, identificando as partes, o objeto e as obrigações ajustadas?	JUSTIFICATIVA-RESPONSÁVEL PORTAL	-	Obrigatória
RECURSOS HUMANOS				



22	6.1 Divulga a relação nominal dos servidores/autoridades/membros, seus cargos/funções, as respectivas lotações, as suas datas de admissão/exoneração/inativação e a carga horária semanal do cargo/função ocupada/desempenhada?	REPONSÁVEL PORTAL	-	Obrigatória
23	6.2 Identifica a remuneração nominal de cada servidor/autoridade/Membro e a tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções?	REPONSÁVEL PORTAL	-	Obrigatória
24	6.3 Divulga a lista de seus estagiários?	JUSTIFICATIVA-RESPONSÁVEL PORTAL	-	Recomendada
25	6.4 Publica lista dos terceirizados que prestam serviços para o Poder ou órgão, contendo, em relação a cada um deles: nome completo, função ou atividade exercida e nome da empresa empregadora?	JUSTIFICATIVA-RESPONSÁVEL PORTAL	-	Recomendada
26	6.5 Divulga a íntegra dos editais de concursos e seleções públicas realizados pelo Poder ou órgão para provimento de cargos e empregos públicos?	JUSTIFICATIVA-RESPONSÁVEL PORTAL	-	Obrigatória



27	6.6 Divulga informações sobre os demais atos dos concursos públicos e processos seletivos do Poder ou órgão: vagas efetivamente preenchidas, lista de aprovados com as classificações, fila de espera/cadastro reserva e validade?	JUSTIFICATIVA-RESPONSÁVEL PORTAL	-	Recomendada
DIÁRIAS				
28	7.1 Divulga o nome e o cargo/função do beneficiário, além do número de diárias usufruídas por afastamento, período de afastamento, motivo do afastamento e local de destino?		-	Obrigatória
29	7.2 Divulga tabela ou relação que explicita os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local?		-	Obrigatória
LICITAÇÕES				



30	8.1 Divulga a relação das licitações em ordem sequencial, informando o número e modalidade licitatória, o objeto, valor estimado/homologado e a situação?	-	Obrigatória
31	8.2 Divulga a íntegra dos editais de licitação?	-	Obrigatória
32	8.3 Divulga a íntegra dos demais documentos das fases interna e externa das licitações?	-	Obrigatória
33	8.4 Divulga a íntegra dos principais documentos dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação?	-	Obrigatória
34	8.5 Divulga a íntegra das Atas de Adesão – SRP?	-	Obrigatória
35	8.6 Divulga o plano de contratações anual (art. 12, VII, da Lei n. 14.133)?	-	Recomendada
36	8.7 Divulga a relação dos licitantes e/ou contratados sancionados administrativamente pelo Poder ou órgão?	-	Recomendada
CONTRATOS			



37	9.1 Divulga a relação dos contratos celebrados em ordem sequencial, com o seu respectivo resumo, contendo, no mínimo, indicação do contratado(a), do valor, do objeto e da vigência, bem como dos aditivos deles decorrentes?		-	Obrigatória
38	9.2 Divulga o inteiro teor dos contratos e dos respectivos termos aditivos?		-	Obrigatória
39	9.3 Divulga a relação/lista dos fiscais de cada contrato vigentes e encerrados?		-	Obrigatória
40	9.4 Divulga a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentaram a eventual alteração dessa ordem?		-	Obrigatória
OBRAS				
41	10.1 Divulga informações sobre obras: data de início, etapas, percentual concluído, status e previsão de conclusão?	JUSTIFICATIVA-RESPONSÁVEL PORTAL	-	Recomendada
42	10.2 Divulga os quantitativos, e os preços unitários e totais contratados?	JUSTIFICATIVA-RESPONSÁVEL PORTAL	-	Recomendada
43	10.3 Divulga os quantitativos executados e os preços praticados?	JUSTIFICATIVA-RESPONSÁVEL PORTAL	-	Recomendada



44	10.4 Divulga relação das obras paralisadas contendo o motivo, o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução?	JUSTIFICATIVA-RESPONSÁVEL PORTAL	-	Recomendada
Planejamento e Prestação de contas				
45	11.1 Publica a Prestação de Contas do Ano Anterior (Balanço Geral)	CONTABILIDADE	-	Obrigatória
46	11.2 Divulga o Relatório de Gestão ou Atividades?		-	Obrigatória
47	11.3 Divulga o resultado da apreciação e/ou julgamento das contas pelo Tribunal de Contas?		-	Obrigatória
48	11.4 Divulga o resultado do julgamento das Contas do Chefe do Poder Executivo pelo Poder Legislativo?		-	Obrigatória
49	11.5 Divulga o Relatório de Gestão Fiscal (RGF)?		-	Essencial
51	11.7 Divulga os objetivos estratégicos do Poder ou órgão e os indicadores definidos para mensurar o alcance desses objetivos (plano estratégico institucional ou instrumento equivalente)?		-	Recomendada
52	11.8 Divulga a Lei do Plano Plurianual (PPA) e seus anexos?		-	Essencial



53	11.9 Divulga a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e seus anexos?		-	Executivo
54	11.10 Divulga a Lei Orçamentária (LOA) e seus anexos?		-	Essencial
Serviço de Informação ao Cidadão - SIC				
55	12.1 Indica a unidade/setor responsável pelo SIC?	RESPONSÁVEL PORTAL	-	Obrigatória
56	12.2 Indica o endereço físico, o telefone e o e-mail da unidade responsável pelo SIC, além do horário de funcionamento?	RESPONSÁVEL PORTAL	-	Obrigatória
57	12.3 Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	RESPONSÁVEL PORTAL	-	Obrigatória
58	12.4 A solicitação por meio de eSic é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade?	RESPONSÁVEL PORTAL	-	Obrigatória



59	12.5 Divulga nesta seção, instrumento normativo local que regulamente a Lei nº 12.527/2011 – LAI?	JURÍDICO	-	Obrigatória
60	12.6 Divulga, na seção relativa ao e-SIC, os prazos de resposta ao cidadão, incluindo o recursal, e as autoridades competentes para o exame dos pedidos, além do procedimento referente à realização do pedido e de eventual recurso?	RESPONSÁVEL PORTAL	-	Recomendada
61	12.7 Divulga relatório anual estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso recebidos, atendidos, indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?	RESPONSÁVEL PORTAL	-	Obrigatória
62	12.8 Divulga lista de documentos classificados em cada grau de sigilo, contendo pelo menos o assunto sobre o qual versa a informação, a categoria na qual ela se encontra, o dispositivo legal que fundamenta a classificação e o respectivo prazo?	RESPONSÁVEL PORTAL	-	Obrigatória
63	12.9 Divulga lista das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses?"	RESPONSÁVEL PORTAL	-	Obrigatória



Acessibilidade				
64	13.1 O site oficial e o portal de transparência contêm símbolo de acessibilidade em destaque?	FORNECEDOR SITE E PORTAL	-	Obrigatória
65	13.2 O site e o portal de transparência contêm exibição do “caminho” de páginas percorridas pelo usuário?	FORNECEDOR SITE E PORTAL	-	Obrigatória
66	13.3 O site e o portal de transparência contêm opção de alto contraste?	FORNECEDOR SITE E PORTAL	-	Obrigatória
67	13.4 O site e o portal de transparência contêm ferramenta de redimensionamento de texto?	FORNECEDOR SITE E PORTAL	-	Obrigatória
68	13.5 Contém mapa do site institucional?	FORNECEDOR SITE E PORTAL	-	Obrigatória
OUVIDORIAS				
69	14.1 Há informações sobre o atendimento presencial pela Ouvidoria (Indicação de endereço físico, telefone e e-mail da unidade responsável, além do horário de funcionamento)?	RESPONSÁVEL PORTAL	-	Obrigatória
70	14.2 Divulga Carta de Serviços ao Usuário?	RESPONSÁVEL PORTAL	-	Obrigatória
71	14.3 Há canal eletrônico de acesso/interação com o Poder ou órgão (Ouvidoria e/ou Fale Conosco)?	RESPONSÁVEL PORTAL	-	Obrigatória



LGPD				
72	15.1 Identifica o encarregado/responsável pelo tratamento de dados pessoais e disponibiliza Canal de Comunicação (telefone e/ou e-mail)?	JURÍDICO	-	Obrigatória
73	15.2 Publica a sua Política de Privacidade e Proteção de Dados?	JURÍDICO	-	Obrigatória
74	15.3 Possibilita a demanda e o acesso a serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial?	JURÍDICO	-	Obrigatória
75	15.4 Possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina?	JURÍDICO	-	Obrigatória
76	15.5 Regulamenta a Lei Federal nº 14.129/2021 e divulga a normativa em seu portal?	JURÍDICO	-	Recomendada
77	15.6 Realiza e divulga resultados de pesquisas de satisfação?	JURÍDICO	-	Recomendada
Atividades Finalísticas – Poder Legislativo				
78	Divulga a composição da Casa, com a biografia dos parlamentares?		-	Obrigatória
79	Divulga as leis e atos infralegais (resoluções/decretos) produzidos?		-	Obrigatória



80	Divulga projetos de leis e de atos infralegais, bem como as respectivas tramitações (contemplando ementa, documentos anexos, situação atual, autor, relator)?		-	Obrigatória
81	Divulga a pauta das sessões do Plenário?		-	Obrigatória
82	Divulga a pauta das Comissões?		-	Obrigatória
83	Divulga as atas das sessões, incluindo a lista de presença dos parlamentares em cada sessão?		-	Obrigatória
84	Divulga lista sobre as votações nominais?		-	Obrigatória
85	Divulga o ato que aprecia as Contas do Chefe do Poder Executivo (Decreto) e o teor do julgamento (Ata ou Resumo da Sessão que aprovou ou rejeitou as contas)?		-	Obrigatória
86	Há transmissão de sessões, audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de participação popular via meios de comunicação como rádio, TV, internet, entre outros?		-	Obrigatória
87	Divulga a regulamentação e os valores relativos às cotas para exercício da atividade parlamentar/verba indenizatória?		-	Obrigatória
88	Divulga dados sobre as atividades legislativas dos parlamentares?		-	Obrigatória



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO SEVERINO DA COSTA, ALDA KETULY DOS SANTOS ATAIDE
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cbea1048-13c7-4199-8f58-45586971c704